

ATA DA XI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às nove horas e quarenta cinco minutos do dia vinte e seis de junho, ano de dois mil e três, teve início a 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no Auditório 1, IBAMA Sede, em Brasília – DF. O Dr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, convidou o Dr. Jerson Kelman, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, para compor a mesa. Fez a abertura comentando que aquela seria a primeira reunião convocada por solicitação de uma Câmara Técnica, no caso, a de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB. Disse que o tema central seria o instrumento de cobrança, que também é um instrumento de planejamento, acordado nas bacias com o intuito maior de reverter seu quadro de degradação. Destacou que o espírito que deveria conduzir a reunião seria o de proatividade, visando permitir a construção de uma agenda positiva, de tal maneira que o Ministério do Meio Ambiente - MMA pudesse colaborar e participar deste processo. Convidou o Dr. Luiz Cláudio Figueiredo e o Dr. Roberto Monteiro, da Secretaria Executiva do CNRH, para o auxiliarem na condução dos trabalhos, compondo a mesa. Solicitou a leitura da ordem do dia, como previsto no Regimento. Prosseguindo, perguntou se existia algum requerimento em caráter de urgência ou proposta de alteração de pauta (Anexo I). O Conselheiro Antônio Evangelista, representante das ONGs, solicitou que os informes fossem apresentados primeiro. Após consulta ao Plenário, foi aprovada a alteração de pauta. A Conselheira Ninon Machado, representante das ONGs, pediu a palavra e abordou o caso dos aprovados na primeira fase do concurso público para a ANA, que se encontravam em uma situação de grande indefinição; disse entender que a ANA precisaria ser reforçada e solicitou que o citado manifesto fosse incorporado à Ata. Disse que a sociedade civil ansiava por uma solução para o problema por eles enfrentado e propôs a aprovação de uma moção, a ser encaminhada à ANA e ao MMA, na busca de uma solução para o problema. Em seguida, o Dr. João Bosco passou a palavra para o Dr. Jerson Kelman, que agradeceu a manifestação de apoio na forma de proposta de moção. Disse que a ANA queria exatamente o que foi mencionado pela Conselheira Ninon Machado, ou seja, uma equipe técnica capaz, em condições de dar respostas à sociedade às demandas para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. Afirmou que, para o assunto em pauta, havia divergências de interpretação entre a Consultoria Jurídica da ANA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPO. Disse entender que a ANA teria agido como preconiza a lei e relatou que a Ministra Marina Silva (MMA) e o Ministro Mantega (MPO) teriam encaminhado uma solução através de proposta de Medida Provisória; ressaltou que também ele estava desejando uma solução para o impasse. Concluiu reafirmando que a moção seria bem vinda. O Dr. João Bosco disse que, por ser esta reunião extraordinária e não constar da pauta análise da proposta de moção, ela não poderia ser encaminhada. Com a palavra, a Conselheira Hadijamine Fernandes, do Ministério dos Transportes, que leu matéria sobre a cobrança pelos recursos hídricos veiculada no Estado de São Paulo (Anexo II), a qual teria sido divulgada na lista de discussão da ABRH. Com a palavra o Conselheiro Dalton Macambira, representante do CERH Piauí, que, na qualidade de Vice-Presidente do Fórum dos Secretários de Recursos Hídricos da Região Nordeste, leu carta enviada ao Presidente da República solicitando apoio às Agências, em especial a ANA; solicitou que o documento fosse incorporado à Ata (Anexo III). Encerrados os informes, o Dr. João Bosco convidou o Dr. Décio Michellis, Presidente da CTCOB, para iniciar, conforme ordem do dia, a apresentação sobre “O Panorama atual da cobrança pelo

53 uso dos recursos hídricos na visão da CTCOB" (Anexo IV). Dentro deste contexto,
54 foram também apresentadas pelos membros da CTCOB, Patrícia Boson e Fernando
55 Cabral, palestras sobre os seguintes temas: "Relatório de atividades da Câmara",
56 "A cobrança pelo uso da água no setor hidrelétrico", "A cobrança pelo uso da água
57 na bacia do rio Paraíba do Sul" e "Propostas de alternativas de solução para os
58 problemas identificados". Ao final das palestras, o Dr. Décio Michellis apresentou a
59 proposta de moção elaborada no âmbito da CTCOB (Anexo V). Em seguida, o Dr.
60 João Bosco passou para o item dois da ordem do dia, que foi a apresentação do
61 Dr. Jerson Kelman. Iniciando, o Diretor-Presidente da ANA disse que os obstáculos
62 que estavam sendo enfrentados pela ANA seriam maiores do que se imaginava,
63 mas que existia disposição para vencê-los. Cumprimentou os membros da CTCOB
64 pela apresentação e parabenizou pela oportunidade de se discutir um tema
65 específico o que, opinou, seria um dos mais importantes papéis a ser
66 desempenhado pelas Câmaras Técnicas e o CNRH. Como preâmbulo, disse que os
67 conselheiros deveriam conhecer com mais detalhes as questões sobre orçamento
68 público para, com isso, poderem melhor participar. Prosseguiu fazendo comentários
69 sobre as arrecadações propiciadas pela cobrança pelo uso da água ao setor
70 hidrelétrico e a incidência de contingenciamento sobre estes recursos, os quais
71 estavam alocados na fonte 138. Especificamente sobre o contingenciamento,
72 explicou que era da responsabilidade do Presidente da República fazê-lo, quando da
73 promulgação da Lei Orçamentária Anual. Deu informações sobre a situação
74 orçamentária da ANA, no exercício 2003, quando teria ocorrido o
75 contingenciamento de 62% do total. Teceu comentários sobre o seu entendimento
76 a respeito do parágrafo 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000; disse entender que
77 caberia ao CNRH definir as prioridades de aplicação dos recursos oriundos da
78 cobrança. Esta obrigação legal, prosseguiu, deveria estar refletida quando da
79 formulação do Orçamento. Disse que à ANA caberia cumprir o que estava no
80 Orçamento. Afirmou o Dr. Kelman que a ANA não pretendia substituir o CNRH nesta
81 responsabilidade; na verdade, pretendia colaborar para o avanço da solução desta
82 questão. Informou que a ANA era favorável à instituição de um Fundo Nacional para
83 abrigar os recursos oriundos da cobrança e que, diante desta posição, já teria sido
84 preparado e encaminhado um Projeto de Lei para ser analisado no âmbito do MMA.
85 Sobre a situação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul, o Dr. Jerson Kelman
86 lembrou que o desafio era preservar o pacto federativo e compatibilizá-lo com a
87 adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão; disse que
88 pretendia continuar com a estratégia de cooperação para atuar de forma conjunta e
89 harmônica. Destacou o orgulho da Agência por terem sido assinados convênios de
90 integração com os três estados da bacia; disse que, graças a este sistema, estaria
91 sendo possível implantar na bacia o monitoramento da qualidade da água e um
92 sistema de alerta contra eventos críticos. Admitiu que a situação no estado de São
93 Paulo seria mais complexa, por isso a ocorrência de dificuldades na tomada de
94 decisões em conjunto com os demais estados; citou a matéria recém publicada
95 sobre a cobrança (Anexo II) e disse que gostaria de ouvir um pronunciamento do
96 CNRH a respeito. Referindo-se às Agências de bacia, informou que, pela lei, os
97 recursos oriundos da cobrança deveriam ser repassados a elas, para então serem
98 aplicados em função de prioridades estabelecidas pelo Comitê da bacia. Falou que,
99 no momento, tanto a Ministra Marina Silva quanto o CEIVAP seriam de opinião que
100 as agências deveriam ser constituídas na forma de Organização Social - OS, na qual
101 o Poder Público participa; já a Casa Civil da Presidência da República, prosseguiu,
102 entende que a forma de Organização Social Civil de Direito Público - OSCIP seria a
103 ideal. Opinou que o CNRH deveria usar sua influência para buscar a solução deste
104 impasse. Disse que, na forma atual, só restaria à ANA assinar convênios, ao invés

dos pretendidos Contratos de Gestão. Apesar das limitações, disse o Dr. Kelman que avanços estariam ocorrendo; corroborando a informação, fez relato sobre os progressos que estavam sendo obtidos junto às demais instituições ligadas a recursos hídricos, sobre a atividade de implantação de comitês, o programa Pró-Água Gestão, a regularização dos usos, os planos de bacia, o monitoramento da qualidade da água no rio Paraíba do Sul; ao final, complementou com os resultados já obtidos pelo Programa de Despoluição de Bacias - Prodes e agradeceu pela oportunidade de ter estado no CNRH colaborando na busca de solução para os problemas elencados. Com a palavra o Dr. João Bosco, para sua apresentação (Anexo VI) como previsto no item 3 da ordem do dia; iniciou comentando sobre o apoio que vinha sendo dado às atividades das Câmaras Técnicas do CNRH, por parte da SRH/MMA. Disse se orgulhar do papel nobre da SRH/MMA ao abrigar a Secretaria Executiva do Conselho, inclusive como apoio ao fortalecimento do CNRH e do Sistema Nacional. Falou que a responsabilidade da Secretaria Executiva do CNRH seria principalmente viabilizar o aprofundamento dos debates e a busca de soluções, como proposto nesta reunião extraordinária. Em seguida, propôs o início das discussões e comentários sobre as apresentações. O Dr. Antônio Francisco Evangelista, representando as ONGs e também Vice-Presidente do CEIVAP, comentou sobre os avanços já obtidos pelo CEIVAP e reconheceu que existiriam atualmente dois grandes desafios a serem vencidos: a definição da figura jurídica que permitiria a criação da Agência da Bacia; e o contingenciamento sofrido pelos recursos oriundos da cobrança. Destacou que não concordava com a afirmativa dos representantes da CTCOB no sentido da urgência de que soluções fossem encontradas para os problemas levantados, que estariam colocando em risco todo o sistema de recursos hídricos; disse entender que havia de se ter o tempo necessário para solução dos problemas. Afirmou que a cobrança era um benefício destinado à recuperação da bacia, contribuindo para a solução do seu passivo ambiental. Informou que havia sido recebido na Casa Civil para tratar dos dois temas acima referidos e que, portanto, estava otimista quanto à aprovação da criação da Agência de bacia na forma de OS. Com relação ao contingenciamento, informou sobre a possibilidade de se abrigar os recursos oriundos da cobrança em uma fonte não sujeita a contingenciamento. O Dr. Julio Thadeu lembrou do PL nº 1.616, em tramitação no Congresso, que, entre outros assuntos, regulamentaria a figura das agências de bacia; disse que, uma vez aprovado o PL, não haveria necessidade de definição sobre OS ou OSCIP; por isso, complementou, o CNRH deveria perseguir a aprovação do PL. Em seguida, usou da palavra o Dr. João Carlos Relá, representante das concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica; disse que o setor elétrico sempre era injustamente citado como complicado, mas, no seu entendimento, era difícil para o setor administrar todas as mudanças; expôs que gostaria que houvesse maior agilidade nas decisões e disse entender que o caminho estaria correto, apesar das indefinições persistirem. A Dra. Patrícia Boson, representante das indústrias, fez uso da palavra abordando a interpretação do parágrafo 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000, citado pelo Dr. Kelman; disse entender que deveria haver consenso sobre a interpretação do tema; discordou da interpretação do Dr. Kelman, citando que as prioridades de aplicação deveriam ser definidas pelo CNRH em articulação com os respectivos comitês, e portanto, não seria apenas uma questão a ser tratada anualmente na definição do orçamento. Opinou, referindo-se ao percentual de 7,5% referido no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, que as prioridades de aplicação dos recursos deveriam englobar, inclusive, o apoio à participação das ONGs no Conselho e suas Câmaras, além do apoio à própria Secretaria Executiva do CNRH. O Dr. Rui Brasil, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo, disse que a

luta para implantar a política de recursos hídricos era longa e com desafios muitas vezes desanimadores. Opinou que a cobrança era o instrumento mais poderoso da PNRH e que o CNRH tinha obrigação de fazer cumprir a lei, não podendo existir omissão; disse entender que a tônica para os debates deveria ser a negociação à exaustão. Manifestou seu apoio à proposta de moção apresentada pela CTCOB e concordou com o Dr. Kelman a respeito dos fundos. Em seguida, fez sugestões à redação do texto da proposta de moção e sugeriu que a CTCOB deveria se aprofundar na questão dos fundos, como uma das alternativas para solução dos problemas relatados. Em seguida, o Dr. Francisco de Assis, representando as organizações técnicas e de ensino e pesquisa, lançou uma questão conceitual, perguntando se estaria sendo cobrado o uso da água, um bem patrimonial. Disse ainda que a cobrança, como instrumento, era uma contribuição para financiar os serviços de gestão. Portanto, questionou se estaria sendo cobrado o uso de bem público para repasse ao setor privado, ou sendo arrecadados recursos para financiar a gestão. O Dr. Kelman, respondendo às manifestações, disse que os problemas de contingenciamento não poderiam ser atribuídos ao setor, mas sim ao próprio Governo. Sobre o problema da necessidade de expansão do setor elétrico, opinou que estaria relacionado ao exame de viabilidade ambiental, que deveria ser feito caso a caso. Disse concordar com a Dra. Patrícia Boson quanto à utilização dos recursos da cobrança para apoio à participação, nas atividades do Conselho, das entidades civis com interface em recursos hídricos. Sobre as questões conceituais manifestadas pelo Dr. Francisco de Assis, o Diretor-Presidente da ANA disse entender que não seria uma transferência patrimonial, que a cobrança seria como uma receita patrimonial corrente, um aluguel e não uma venda; comentou também sobre o que ocorre na França e na Inglaterra, em termos de destinação dos recursos da cobrança. Lembrou ainda que a nossa lei era ambiciosa ao pretender financiar o passivo ambiental com os recursos da cobrança pelo uso da água. Concluiu dizendo que a questão da dominialidade poderia ficar tão delicada que talvez fosse preferível a adoção do modelo inglês, no qual os recursos são utilizados apenas para manter os sistemas de regulação. O Dr. Otaviano, da CONJUR/MMA, destacou a importância da interpretação do parágrafo 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000; portanto, sugeriu que fosse solicitada à ANA, à CTCOB e à CTIL uma interpretação daquele texto da Lei; propôs que, caso ocorram divergências, os pareceres fossem enviados à CONJUR; opinou que, posteriormente, o parecer da CONJUR/MMA poderia ser transformado em um Parecer Normativo. Concluídos os debates e discutidas as propostas de alteração na redação da proposta de moção, o Dr. João Bosco encaminhou a matéria para votação: inicialmente em bloco, posteriormente os três destaques. A proposta de moção e os três destaques foram aprovados por unanimidade (Anexo VII). Finalizando, o Dr. João Bosco, conforme recomendado pelos membros da CTCOB, procurou ouvir as sugestões dos conselheiros em termos de composição da comissão que deveria participar do encaminhamento da Moção, em audiências a serem agendadas com os destinatários. A Dra. Patrícia Boson sugeriu que a comissão deveria ser composta em concordância com a composição do CNRH, qual seja, representantes da União, dos usuários, da sociedade civil e dos Conselhos Estaduais. A proposta foi aprovada e partiu-se para a definição dos nomes. Para representar os usuários, foi sugerida a Dra. Patrícia Boson, para a sociedade civil, o Dr. Antônio Francisco Evangelista, para o Governo Federal, o Dr. João Bosco Senra, e para os Conselhos estaduais, o Dr. Rui Brasil. Todos os indicados foram aprovados pelos conselheiros. Encerradas as discussões sobre a moção, a Conselheira Ninon Machado apresentou à mesa um requerimento de urgência (Anexo VIII), devidamente assinado por sete conselheiros, no qual foi solicitada a análise de uma proposta de moção de apoio

209 aos aprovados no concurso para a ANA, solicitando a imediata conclusão dos
210 procedimentos finais do Concurso Público e a inclusão dos novos concursados ao
211 quadro da ANA. O Secretário colocou a matéria em votação; com dois votos
212 contrários, a proposta de moção foi aprovada (Anexo IX). Em seguida, às 13:15
213 horas, o Secretário João Bosco Senra agradeceu a presença de todos,
214 parabenizando pelos trabalhos do dia. Deu por encerrada a XI Reunião
215 Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez
216 aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário
217 Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

218
219 Ata aprovada durante a XII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 15 de
220 outubro de 2003.

221
222
223 MARINA SILVA
224 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo